

Revista *Oeste*: ensaio de
modernização no sertão
goiano da Era Vargas

Oeste journal: an essay on
modernization in the Goiás
hinterland during the Age
Vargas

Cássio Santos Melo¹



Resumo: Objetivamos neste artigo analisar a produção intelectual em torno da revista goiana *Oeste*, que circulou entre 1942 a 1944 na cidade de Goiânia, e produziu vinte e quatro números. Esta revista possuía propósitos claros de ser um divulgador de escritores locais e nacionais, consagrados e desconhecidos, todavia, o seu viés de propaganda política calou profundamente em suas páginas. Apadrinhando-se à Pedro Ludovico Teixeira, o interventor goiano escolhido por Getúlio Vargas após o Golpe de 1930, *Oeste* fará ampla defesa do Estado Novo varguista e também do novo líder local. Além da defesa de Ludovico, *Oeste* apoiará e divulgará com ímpeto o grande projeto modernizador de Goiás naquele momento: a construção de uma nova capital, Goiânia, inaugurada em julho de 1942. **Palavras-chave:** revista *Oeste*; Goiânia; intelectuais; historiografia paulista; sertão.

Abstract: The aim of this article is to analyze the intellectual production around the journal *Oeste*, which circulated from 1942 to 1944 in the city of Goiânia, and produced twenty-four issues. This magazine had clear purposes of being a disseminator of local and national writers, both established and unknown, however, its bias for political propaganda was deeply embedded in its pages. Sponsoring Pedro Ludovico Teixeira, the Goian intervenor chosen by Getúlio Vargas after the Coup of 1930, *Oeste* would make a broad defense of the new Varguista state and also of the new local leader. In addition to defending Ludovico, *Oeste* would strongly support and publicize the great modernizing project of Goiás at that time: the construction of a new capital, Goiânia, inaugurated in July 1942. **Keywords:** *Oeste* journal; Goiânia; intellectuals; paulista historiography; hinterland.



O foco para o qual nossas lentes se voltam neste momento é a compreensão da produção escrita em torno de uma revista que se pretendia literária, cujo lugar social não possuía praticamente nenhuma tradição intelectual até o início do século XX. Como historiadores sabemos que tão importante quanto analisar o lugar social de qualquer produção, é mister colocar a mesma em sua temporalidade. No caso presente, a revista goiana *Oeste* (1942-44) nasceu em pleno Estado Novo Vargasista e, como sabemos, isso não é nada fortuito. Do ponto de vista historiográfico, temos condições de fazer essa afirmação graças aos trabalhos do sociólogo paulista Sérgio Miceli, os quais contribuem sobremaneira na interpretação dos temas relativos a intelectuais, produções culturais e poder na Era Vargas.

Nesta introdução gostaríamos de dar um destaque especial ao trabalho *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, pois Miceli realiza nessa obra a tarefa de descortinar as relações políticas entre intelectuais e o poder, como também as estratégias de que lançaram mão para alçarem às posições criadas nos setores público e privado do mercado de postos intelectuais entre 1920 e 1945. Como se nota no prefácio de Antônio Cândido, esta obra “traz uma visão límpida e, talvez por isso, meio angustiada”, ela faz com que os intelectuais reflitam sobre algo que procuram negar ou não reconhecer. E ainda citando Cândido, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* nos leva a fazer uma “Autodesmistificação, no caso, porque tenta mostrar como os intelectuais correspondem a expectativas ditadas pelo poder e pelas classes dirigentes” (MICELI, 1979, p. ix).

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais “facultou-lhes o acesso aos postos e carreiras burocráticos em praticamente todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.)”, cooptação determinada pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios da sociedade (MICELI, 1979, p. 131). Todavia,

no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentzia” e a intervenção em todos os setores da produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico (MICELI, 1979, p. 131)



O crescimento considerável do recrutamento de intelectuais para o serviço público “provocou um processo de burocratização e racionalização das carreiras que pouco tem a ver com a concessão de prebendas com que os chefes políticos oligárquicos costumavam brindar seus intelectuais” (MICELI, 1979, p. 132). Esse novo período suscitou mudanças consideráveis nas relações entre os intelectuais e a classe dominante e que não podemos desconsiderar. Como bem pondera Miceli (1979, p. 132),

[...] os intelectuais contribuíram decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de uma autonomia relativa tanto em relação aos interesses econômicos regionais, como em relação aos dirigentes políticos estaduais. Seja como for, um número considerável de intelectuais teve condições materiais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com seus projetos intelectuais, meta que se revelou tanto mais viável à medida que o próprio Estado foi se tornando uma instância decisiva de difusão e consagração de obras produzidas em tais circunstâncias.

Como veremos neste artigo, a produção intelectual em torno da revista *Oeste* em Goiás na década de 1940 seguiu um padrão muito próximo deste deslindado por Miceli. Com suas idiossincrasias naturais, a pequena elite intelectual goiana deste momento histórico orbitava em torno do interventor estadual Pedro Ludovico Teixeira - apoiador de Vargas desde 1930 - e não possuía projetos intelectuais ambiciosos comparado ao que aconteceu com o centro-sul brasileiro. Outrossim, destacaremos aqui como *Oeste* reproduziu e recriou regionalmente tradições históricas produzidas em outras plagas.

Tanto em nível regional como nacional, Miceli nos lembra que essa elite intelectual vivou um doloroso dilema “causado pela filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços”. Assim, “buscaram minimizar os favores de cooptação lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas” (MICELLI, 1979, p. 159). E além disso, muitos compensaram esse papel colaborativo tendo sua produção intelectual transformada em “paradigma do pensamento político brasileiro” (MICELLI, 1979, p. 147). Vale lembrar que o trabalho burocrático garantiu a essas figuras de proa “legitimidade ética e



intelectual [...] garantindo-lhes trânsito livre nas principais instâncias do sistema de poder” (MICELLI, 1979, p. 148).

Como dissemos acima, a intelectualidade goiana não gozou do privilégio de ter suas poucas obras transformadas em paradigma do pensamento nacional, em âmbito regional ela gozou de outros privilégios como cargos na burocracia estatal e favores vários. No que toca à produção de símbolos nacionalistas mencionada por Miceli, em Goiás esse aspecto ganhou uma conotação específica no processo de fundação e criação de uma nova capital para o estado durante o regime Vargas. Esta, entre outras questões com relação à produção intelectual de *Oeste* destacaremos ao longo de nossa análise.

Outra referência importante acerca do relacionamento entre intelectuais e o poder é a obra *Os intelectuais e a política no Brasil*, de autoria do sociólogo francês Daniel Pécaut. Publicada originalmente em 1989, teve sua versão traduzida para o português em 1990, nesse trabalho Pécaut analisa a trajetória dos intelectuais brasileiros num longo período que vai de 1920 até 1982. Em nossa leitura interessa-nos absorver suas análises referente à primeira parte da obra que vai de 1920 a 1940. Diferentemente de Miceli, o sociólogo francês não leva em consideração a reestruturação do campo intelectual brasileiro a partir da década de 1930 e a interdependência gerada entre Estado e intelectuais. Sendo que o primeiro, na visão de Miceli, se tornará a nova instância de consagração. Para Pécaut, os intelectuais brasileiros do século XX possuíam um projeto de nação, e por tal razão colocavam-se numa posição quase etérea em relação ao restante da população. Pois,

“são os únicos a se subtraírem à imperfeição e ao atraso e, conseqüentemente, a formar uma camada social com vocação para conduzir a nação ao encontro de si mesma [...] estavam convencidos de que as ideias comandam diretamente o devir histórico” (PÉCUAT, 1990, p. 8).

Pécaut chama a nossa atenção em relação a algo já mencionado por Miceli, para os intelectuais a prioridade era falar em nome da nação e igualmente convencer-se de que esta existia. E a melhor maneira de assegurar-se desse fato é inventar mitos unificadores, um após o outro. Esse processo de criação de mitos nacionais permite ainda aos intelectuais “ser elite quando necessário e povo quando conveniente [...] conseguem ainda se erigir em mediadores indispensáveis, substituindo as classes - visto que, melhor do que elas mesmas,



conhecem seus interesses profundos” (PÉCUAT, 1990, p. 9).

Segundo Pécuat, os intelectuais do período 1920-40 mostraram-se preocupados com o problema da identidade nacional e das instituições, “convinha, portanto, eliminar as instituições da República que opunham obstáculos à afirmação nacional”. Organizar a nação, está é a tarefa urgente “[...] forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar sua unidade” (PÉCUAT, 1990, p. 14-15). Em nome do imperativo nacional priorizaram uma ideia hierárquica de ordem social, a qual convergia na reivindicação de *status* de elite dirigente. Em linhas gerais isso significava defender “a ideia de que não há outro caminho senão o que consiste em agir de cima e dar forma à sociedade” (PÉCUAT, 1990, p. 15).

Baseando-se nos argumentos de Sérgio Miceli em *Intelectuais e classe dirigente*, Pécuat não aceita tacitamente o fato de que “são herdeiros sem herança” como tese explicativa do porquê esses intelectuais da década de 1930 “se sentirem investidos de uma missão política” (PÉCUAT, 1990, p. 21). Para nosso sociólogo francês, os intelectuais da década de 1930 estavam desiludidos com a República por esta ter permitido que a influência das oligarquias regionais se prolongasse indefinidamente: “aspirando à organização da nação pelo poder reagiram contra a oligarquização das instituições” (PÉCUAT, 1990, p. 21). Essa geração “não solicitou a mão protetora do Estado, ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais [...] Ela proclamou em alto e bom som a sua vocação para ser a elite dirigente” (PÉCUAT, 1990, p. 22).

Os intelectuais da geração 1920-40 se imbuíram de duas tarefas, forjar uma consciência nacional e promover a organização nacional. Tentativas de criar uma consciência nacional já haviam sido tentadas anteriormente desde o final do século XIX, todavia, o contexto era outro. O mundo e o Brasil viviam uma vaga nacionalista, de modernização cultural, ressurgimento católico e um sentimento antiliberal congregavam para que essa geração tivesse um novo papel na cultura e, principalmente, na política brasileira. Assim, ocupariam um papel que lhes competia de ser uma força social. (PÉCUAT, 1990, p. 24-25).

Para nossas análises aqui neste artigo, temos que discordar de Pécaut em apenas um ponto. Esta geração intelectual brasileira que começa a ganhar força política a partir da década de 1930, de fato não solicitou diretamente a proteção do Estado, ideia essa defendida por Pécaut. Todavia, na medida que o fortaleceu e o ajudou a construir novos valores e instituições, muitas benesses a ela foram concedidas tanto em âmbito nacional, como também em âmbito regional tal qual estamos problematizando aqui.



Feitas as considerações iniciais com o objetivo de nos situar historiograficamente acerca do debate que pretendemos desenvolver, faremos agora algumas observações a respeito de alguns trabalhos produzidos pela historiografia goiana e cujo objeto de estudo foi a revista *Oeste*.

A maioria dos estudos que abordam a história deste periódico procuram realçar as relações políticas da revista com o poder estadual na figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira. De tal sorte, ficam muito focados na realidade interna do estado de Goiás não relacionando-a objetivamente com o que acontecia nacionalmente. Nesta perspectiva, a revista serviria para louvar as conquistas do Estado Novo em nível nacional, e em nível estadual para evidenciar o grande feito de Ludovico que foi a construção da nova capital Goiânia, inaugurada em 1942. Outra questão bastante evidenciada é o papel da revista como difusora da ideia de modernidade na qual Goiás foi incorporado a partir da adesão ao Varguismo (COSTA, 1994; PEREIRA, 1997).

Alguns trabalhos, inclusive, focaram-se em analisar somente a importância da figura de Pedro Ludovico e sua relação com *Oeste*. Destacando, outrossim, como a revista procurou construir uma nova temporalidade para a história política e cultural do estado de Goiás, tomando como baliza temporal a própria atuação de Pedro Ludovico como político e mecenas da intelectualidade; depois dele Goiás foi integrado à nação brasileira (SOUZA, 2018, p. 248-249).

Uma exceção que devo citar é a dissertação de Mariana Schwab, que procurou logo primeiro capítulo da sua pesquisa evidenciar o papel dos intelectuais brasileiros da década de 1930 na constituição e fortalecimento do Estado Novo Varguista. Assim, sua pesquisa deixa claro ao leitor que a imbricada relação dos intelectuais de *Oeste* com o Estado Novo não é algo exclusivo do estado de Goiás (SCHWAB, 2010, p. 12-43). Todavia, como todos os trabalhos que versam sobre a revista *Oeste*, Schwab relaciona o ambiente intelectual goiano dentro desse periódico ao autoritarismo nacionalista de Vargas e seus projetos de integração nacional. Em alguns trechos a autora sugere que a revista seria “um instrumento político do Estado Novo em âmbito regional” (SCHWAB, 2010, p. 60). A mesma ideia aparece em outras passagens, segundo a pesquisadora Vargas levou “a doutrina formulada na capital federal para o Planalto Central e angariou adeptos e divulgadores para o seu projeto de integração nacional” (SCHWAB, 2010, p. 74). Em nossa opinião, a vinculação da intelectualidade goiana ao Estado Novo não ocorreu apenas pela força do governo Vargas, existiu o interesse desses homens e mulheres ao compartilharem dos mesmos pressupostos políticos e ideológicos propagados pelo estado Varguista.



Mas há algo mais a ser dito nesse debate e que é a razão de ser da discussão que ora iniciamos. Em âmbito regional as páginas de *Oeste* reproduziram desejos e projetos de vinculação do estado de Goiás ao dito projeto modernizador da Era Vargas, o sertão goiano finalmente deixará sua marca na nacionalidade brasileira, ou melhor, será incorporado a ela. A revista e seus membros incorporaram e resignificaram o projeto nacional da expansão para o oeste, projeto esse que foi amplamente divulgado pela pena literária do modernista paulista Cassiano Ricardo durante a Era Vargas. De tal sorte, penso não ser possível compreender as questões colocadas por este periódico goiano, sem relacionar o tema com a construção de uma identidade e de uma historiografia do estado de São Paulo.² Com esse objetivo em mira desejamos interpretar como o sertão e o sertanejo adquiriram na Primeira República uma leitura capitaneada pelas letras paulistas.

Escrita entre 1938 e 1940, *Marcha para o oeste* (1940), de Cassiano Ricardo mantém características advindas da tradição das letras paulistas e do movimento modernista. Reitero, essa obra foi extremamente importante no contexto da criação da revista *Oeste* em Goiás. No caso de Cassiano Ricardo a questão fulcral ainda é a oposição entre litoral e sertão, e como a literatura pode dar respostas a tal problema. Cassiano Ricardo a despeito de emprestar sua pena ao Estado Novo, era herdeiro de uma tradição intelectual e histórica que não podemos desconsiderar, em especial àquela ligada ao modernismo paulista.

Em nosso entendimento, os bons estudos feitos acerca de *Oeste* não o relacionaram a nenhuma tradição intelectual. Não vemos isso como uma falha, trata-se apenas de constatação, a qual é a chave interpretativa que pretendemos lançar mão para compreender os intelectuais em torno desta revista. Refiro-me a uma tradição intelectual bem anterior às ideologias alardeadas pelo Estado Novo, e em boa medida esse período político da história brasileira reproduziu/ usufruiu desta tradição, sobre a qual começaremos a falar na sequência.

A Primeira República e a busca pelo verdadeiro brasileiro

Euclides da Cunha, no começo do século XX aponta em seus escritos amazônico fato dos sertões úmidos e áridos do Brasil estarem esquecidos e abandonados pelo litoral brasileiro (CUNHA, 1941; CUNHA, 1975). Ele estava inserido num debate intelectual que dominava os homens das letras na virada do século XIX. Debate esse, em que a questão racial da população brasileira era pedra angular no que se referia à construção da nossa nacionalidade. Euclides



da Cunha, assim como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e tantos outros, construíram modelos interpretativos para a história nacional, os quais se guiavam pela definição de quem era o brasileiro, principalmente sob a ótica da etnologia. A grande questão para esses homens era como desenvolver uma nação formada a partir da mistura de raças cruzadas. Pergunta essa que se arrastou desde a segunda metade do século XIX até a década de 1930. Para Euclides da Cunha, a questão racial não era a única face desse debate, o desconhecimento da geografia do Brasil e por consequência a não incorporação de boa parte do território brasileiro ao desenvolvimento que ele considerava importante, foi uma questão nevrálgica na sua obra, não apenas em *Os sertões*, mas também nos seus escritos amazônicos.

Segundo ele, nós brasileiros não conhecemos nosso país, vagueamos num exílio subjetivo e estamos alheios a notícias desta terra. Quanto à questão da importância do domínio da geografia do território nacional, acompanhemos algumas passagens do artigo “Plano de uma Cruzada”, o qual foi publicado na obra *Contrastes e confrontos*, de 1907.

O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na rua do Ouvidor. Deslumbrados pelo litoral opulento e pelas miragens de uma civilização que recebemos emalada dentro dos transatlânticos, esquecemo-nos do interior amplíssimo onde se desata a base física real da nossa nacionalidade (CUNHA, 1975, p. 29-33).

Levado a termo tal posicionamento, podemos afirmar que o Brasil do começo do século XX ainda se encontra preso em torno da geografia de nossa independência litorânea. Uma independência planeada entre as elites cariocas e o herdeiro do trono bragantino, evitando-se assim que o Brasil se desmembrasse em várias repúblicas e garantindo a unidade do Estado Nacional Brasileiro. Mesmo com a unidade territorial garantida no século XIX, o Brasil distante do litoral continuava excluído, até mesmo da própria história, a qual já começara a ser tecida dentro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. No dizer de Evaldo Cabral de Mello, trata-se da nossa historiografia saquarema, que relega ao esquecimento todos aqueles que nasceram fora do eixo centro-sul brasileiro (MELLO, 2007).

A par disso, podemos refletir acerca da importância da obra de Euclides da Cunha, pois ela demonstrou como era precária a nossa pretensa unidade



territorial projetada pelo Estado Imperial do século XIX, e também trouxe à tona questões que os brasileiros em geral não queriam tomar nota, a exemplo do Brasil insulado habitado pelos caboclos nordestinos.

Num contexto intelectual e histórico diferente daquele de Euclides da Cunha, destacaremos como as letras paulistas mantiveram durante a Primeira República uma preocupação em definir o verdadeiro brasileiro. Outrossim, essa definição mantinha como questão fulcral a oposição entre litoral e sertão e, por extensão, o antagonismo entre seus habitantes: citadinos e sertanejos.

A presença da representação do sertanejo no teatro, na literatura e em outras artes remete a uma tentativa de construção da nacionalidade brasileira no período da chamada *Belle Époque*. Nesse momento da história brasileira, aprofundou-se a nova tendência para definir a nação em termos étnicos e especialmente em termos de linguagem, como sugere alguns autores (SALIBA, 2002, p. 30).

O sertanejo em alguns casos seria o genuíno representante da nacionalidade brasileira, de um Brasil rural e atrasado que ficou no passado. Ele representa o elemento de contraste para que esses homens possam se localizar no tempo e no espaço num período de intensas mudanças. São Paulo não é mais a mesma cidade, nem mesmo o interior, o qual está envolto pela pujante riqueza do café. Tentar definir quem é o homem nacional foi uma tarefa árdua para muitos homens das letras, trabalho que se tornava ainda mais duro pelo fato da maioria desses letrados terem nas nações europeias, o seu paradigma. Tentativa sôfrega dado que a mescla de culturas, idiomas e sotaques, transformou os ares de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, além do que, os símbolos representantes da nacionalidade brasileira criados pela recente república ainda não haviam encontrado terreno fértil para que pudessem se nutrir e criar raízes vigorosas (CARVALHO, 1989).

O sertanejo ou caipira, representou uma tentativa de construção de uma identidade nacional. No início dos anos de 1910, assiste-se em São Paulo ao esforço sistemático e concentrado de uma produção cultural sertaneja, como também iniciativas pela instauração de uma arte que fosse imbuída de um padrão de identidade concebido como autenticamente brasileiro (SEVCENKO, 1992, p. 237). Tal esforço de construção de um “padrão de identidade autenticamente brasileiro” faz referência a um período em que a intelectualidade brasileira se apresentou investida, tal qual ela mesma se outorgava, “da missão” (LUCA, 1998, p. 19) de revelar a verdadeira face da nação. Em linhas gerais, o livro de Tânia de Luca, *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, é bastante



elucidativo na compreensão da década de 1910 e 20 no Brasil. Por meio da *Revista do Brasil* principal publicação de caráter cultural da Primeira República, a autora analisou as leituras que parte significativa da intelectualidade brasileira dita pré-moderna (LUCA, 1998, p. 29) produziu a respeito do país. Contudo,

uma representação em particular transparece com força: a que atrelava as possibilidades de futuro à condição de se impor o exemplo paulista ao conjunto do país. Cada vez mais a nação foi sendo identificada ao Estado de São Paulo que, com suas fazendas, indústrias, ferrovias e grandes cidades, desfrutava de uma prosperidade econômica sem similar no país. Os atributos da nacionalidade – fronteiras definidas, conquista da soberania política, feitos históricos gloriosos, habitantes dotados de traços étnicos específicos, posse de uma língua e de uma cultura própria – acabaram sendo creditados exclusivamente aos paulistas. Nas páginas da *Revista do Brasil* é possível acompanhar os passos dessa construção mitológica que atribuía ao Estado toda e qualquer positividade contida na idéia de Brasil (LUCA, 1998, p. 78).

Tendo isso em mira, há de se fazer referência às diversas transformações sociopolíticas e econômicas que o país passava no final do século XIX, e caminhava no mesmo processo histórico europeu no que tange à construção de nações modernas. A intelectualidade brasileira, como já foi dito anteriormente, buscou para si a tarefa de construir tradições que representassem a nacionalidade.

Nesse sentido, os estudos feitos acerca da cultura sertaneja parecem ter tido propósitos e efeitos semelhantes. Dentre as simbologias criadas para representar a brasilidade, a do caipira, ora valorizada ora desvalorizada, passou a ocupar lugar de realce no cenário discursivo. Na perspectiva de criar um sentimento de nacionalidade, a recente República de 1889 deparou-se com o problema das disputas regionais. São Paulo destaca-se em razão de seu desenvolvimento econômico e tal fato levou a intelectualidade paulista a elaborar uma identidade que representasse o nacional com base na sua própria história. Instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894), o Museu Paulista (1895) e a Academia Paulista de Letras (1909) representaram eixos norteadores desse projeto (SILVEIRA, 1997). No trecho abaixo, Antonio Celso Ferreira mostra-nos os significados da construção dessa trama da história paulista pelas linhas de alguns intelectuais paulistas:



Do seu passado regional, entrevisto nas expressões da imaginação romântica, eles buscavam resgatar os ideais de liberdade e as marcas de uma reação constante contra as forças tirânicas, em diferentes tempos, capazes de servirem de guia na luta pela regeneração nacional. Resgate no sentido literal da palavra: retirar do cativeiro a própria história regional, submetida à tirania dos historiadores da Corte (FERREIRA, 2002, p. 60).

Nos idos do século XIX a temática do caipira já fazia parte das preocupações da intelectualidade paulista na literatura, e têm-se as primeiras análises dos costumes locais e a fixação dos pilares de um enredo histórico paulista. Porém, será somente a partir do decênio de 1910 que ganhará corpo uma produção nitidamente propensa a enraizar e expandir o modelo de um imaginário regional (FERREIRA, 2002, p. 208).

A esse surto literário iniciado a partir dos anos 10 a corrente regionalista paulista se fortalecerá e, em atitude patriótica, terá a pretensão de atuar como modelo alternativo ao padrão vigente, que se reputava mera cópia de outros climas. São Paulo tinha a pretensão de vincular a sua imagem um novo adereço, “a de pólo cultural do país, centro de onde deveria irradiar um projeto nacionalizador” (LUCA, 1998, p. 288). A corrente literária regionalista elegeu o sertão, seus habitantes e seus costumes, como uma forma de dar novos ares a uma literatura nacional conspurcada pelo cosmopolitismo, representada pela capital carioca.

A defesa do regionalismo nacionalista avançará a década de 1920 com a formação do grupo verde-amarelo, tendo Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia como seus expoentes máximos. Em 1925 os verde-amarelos rompem com os grupos modernistas Terra Roxa e Pau-Brasil ao elegerem o caipirismo como programa de ação política, apresentando-o como elemento definidor da brasilidade (VELLOSO, 1993, p. 89-112).

Na década de 1930, a vitória de Getúlio Vargas colocou os paulistas num plano secundário no cenário político nacional, revés que foi compensado no campo cultural e intelectual. Derrotados no cenário político, os modernistas paulistas aparelharam praticamente todos os postos intelectuais do período, e sob a ótica modernista definiram a historiografia, a música, a literatura, o teatro e a arquitetura colonial brasileira.

Com o objetivo de manter essa linha interpretativa que vimos desenvolvendo até o momento, qual seja, a de interpretar como o sertão e o sertanejo



adquiriram na Primeira República uma leitura capitaneada pelas letras paulistas, comentaremos a seguir uma obra que foi extremamente importante no contexto da criação da revista *Oeste* em Goiás.

Escrita entre 1938 e 1940, *Marcha para o oeste* (1940), de Cassiano Ricardo mantém características advindas da tradição das letras paulistas e do movimento modernista. Acerca destes traços distintivos podemos citar a ficcionalização de símbolos com vistas à defesa de um caráter específico para a nacionalidade brasileira, a exemplo de *Macunaíma*, de Mário de Andrade, ou o *Abaporu*, de Tarsila do Amaral. No caso de Cassiano Ricardo a questão fulcral ainda é a oposição entre litoral e sertão e como a literatura pode dar respostas a essa questão.

Alcir Lenharo, em seu trabalho *Sacralização da política*, apesar de preocupado especificamente com a questão do poder na Era Vargas, nos fornece apreciações importantes que nos auxiliam na interpretação de *A marcha para o oeste*. Lenharo se atém à análise do grande líder representado por Vargas e da simbologia veiculada pelo Estado Novo com vistas a exercer eficientemente o autoritarismo. Nas palavras de Lenharo, “o Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade” (LENHARO, 1986, p. 53).

Intelectuais e teóricos trabalhavam diretamente com Vargas e cuidavam da “verdade doutrinária do regime” (LENHARO, 1986, p. 54). Imagens, textos, poesias, obras arquitetônicas, músicas e tantos outros tipos de apelos sensíveis foram produzidas por diversos intelectuais brasileiros ligados ao Estado Novo. Entre estes estava o escritor Cassiano Ricardo (1895-1974), poeta, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e advogado, no movimento modernista paulista integrou a vertente conservadora dos verde-amarelos, ao lado de Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Raul Bopp, entre outros. Durante o período em que participou deste grupo, dirigiu a revista *Novíssima*. Em 1926, publicou *Borrões de verde amarelo* e, em 1928, *Martim Cererê*, no qual reconta a história do Brasil a partir de uma perspectiva mítica. Após publicar *Deixa Estar Jacaré* em 1931, dedicou-se às atividades políticas.

Durante a chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada contra o governo federal em 1932, Cassiano Ricardo fez discursos radiofônicos na série “Em defesa da revolução”, baseados nos poemas de *Martim Cererê*. Nesta ocasião foi nomeado secretário do governo Pedro de Toledo. Em agosto de 1936 - ao lado de Menotti del Picchia, Paulo Setúbal, Guilherme de Almeida, Valdomiro Siqueira, Monteiro Lobato, Paulo Prado e Mário de Andrade -, fundou o grupo Bandeira. Eleito em 1937 para a Academia Brasileira de Letras,



durante o Estado Novo (1937-1945) ocupou diversos postos importantes, dirigindo o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, o departamento cultural da Rádio Nacional e o jornal *A Manhã*, porta-voz governamental (CPDOC, 2020).

Dentre as várias obras produzidas por Cassiano Ricardo, nos interessa em específico a sua *Marcha para o Oeste*, cuja elaboração iniciou-se em 1938 e concluída em 1940, obra “calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças” (LENHARO, 1986, p. 56). Ricardo construirá uma imagem de uma relação profunda entre o líder comandante – no caso Vargas – e seus subordinados ao longo da história brasileira cujo fio condutor principal é a bandeira paulista. Não podemos deixar de citar como são coloridas e afetivas as relações entre brancos, índios e negros na obra ricardiana, arquitetando assim, “um conjunto unitário da sociedade e a ideia orgânica de Estado” (LENHARO, 1986, p. 55), uma sociedade não possuidora de conflitos, pois estes são sobrepostos ao projeto histórico da grande nação brasileira.

Na pena de Cassiano Ricardo, a marcha para o oeste seria a redenção nacionalizadora em oposição ao litoral conspurcado pelo estrangeiro. No sertão o Brasil encontraria suas origens e caminhar rumo ao oeste significaria cerrar as portas à “infecção ideológica e aos imperialismos estrangeiros” (LENHARO, 1986, p. 69). Por infecção ideológica e imperialismos estrangeiros, leia-se: comunismo e fascismo. O caminhar rumo ao sertão constituiria um espaço físico unificado, como também uma ideia de unidade étnico cultural. Sob esta ótica, o colorido do Brasil incorpora plástica, simbólica e etnicamente todos os brasileiros, amenizando e ignorando a questão da escravidão.

Para Alcir Lenharo, a marcha para oeste proposta com Ricardo corrigia e direcionava a linha da história brasileira para um ponto final necessário: a confluência para o Estado Novo (LENHARO, 1986, p. 61). É bom ressaltar que a obra de Cassiano Ricardo apesar de possuir uma perspectiva de justificação do Estado Novo Varguista, é herdeira do modernismo paulista, como tentamos destacar logo acima.

Os participantes do movimento autointitulado modernista apresentavam-se como porta-vozes dos novos tempos, grupos sociais e ideários, propondo modelos de representação histórica tanto para São Paulo quanto para a nação. Isso significou fundar novos pilares simbólicos como também investir contra outros já consagrados. O advento do modernismo foi o momento no qual “a imaginação literária paulista atualizará, em versão de vanguarda, o discurso da tradição regional” (FERREIRA, 2002, p. 286-303).



Nesse sentido, uma das questões a serem interrogadas no estudo das relações entre intelectuais, modernismo e nacionalismo, “é a própria centralidade que os modernistas paulistas atribuíram a si mesmos e da duração da memória que construíram sobre seu papel de vanguarda intelectual hegemônica” (GOMES, 1999, p. 12). Cabe lembrar que a questão moderna já era um elemento crucial na produção cultural brasileira desde o começo do século, e não uma repentina descoberta do grupo paulista nos anos de 1920 (FABRIS, 1994).

A luta pelo poder dentro do campo intelectual na década de 1920 não pode ser desconsiderada ao analisarmos a produção de Cassiano Ricardo. Pois, o discurso histórico de vanguarda disseminado pelos modernistas paulistas soou mais forte, mais intenso e fez herdeiros. Heloísa Pontes, em seu estudo sobre a revista *Clima*, faz uma análise bastante esclarecedora e persuasiva na compreensão do peso da tradição modernista na luta pela imposição de um modelo artístico e intelectual para o país.

No caso de São Paulo, pode-se mesmo falar em hegemonia dessa tradição [modernista]. Toda a história intelectual e cultural paulista é caudatária de suas interpretações e da posição privilegiada que seus atualizadores ocuparam no sistema local de produção cultural, ao longo dos decênios de 30, 40 e 50. Sistema este englobado por uma rede ampla e diversificada de instituições, à testa do qual se encontravam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; a imprensa, particularmente os jornais *Folha da manhã* e *O Estado de S. Paulo*; as revistas culturais como *Anhembi* e *Clima*; as editoras, como a Nacional e a Martins; os grupos e instituições ligados às artes plásticas; os cineclubes e, posteriormente, a Cinemateca; os grupos experimentais de teatro; os empreendimentos de política cultural, como o Departamento de Cultura e o Museu de Arte Moderna – para citar apenas os exemplos mais significativos (PONTES, 1998, p. 36).

Esta é uma questão importante à qual Lenharo não se atém e que objetivamos salientar em nossa interpretação. Além disso, pretendemos fazer uma análise da obra de Cassiano Ricardo correlacionada a outros intérpretes da história brasileira. Não interpretamos *Marcha para o oeste*, como sendo apenas um trabalho ideológico a serviço de um governo autoritário. Cassiano Ricardo a despeito de emprestar sua pena ao Estado Novo, era herdeiro de uma tradição intelectual e histórica que não podemos desconsiderar, em especial àquela ligada ao modernismo paulista.



Cassiano Ricardo, em sua *Marcha para o Oeste* (1940), não produziu um trabalho propriamente histórico, no sentido daquele específico ao universo do historiador; tampouco é uma obra puramente literária. Ela é permeada pela indefinida confluência destas duas linguagens que alguns estudiosos chamam de ficção histórica (FERREIRA, 2002). E a ficção nunca está descolada da realidade social da qual é oriunda, a ficção propõe projeções de um futuro almejado ou simplesmente desejado. *Marcha para oeste*, nos põe de par com uma questão já explorada na historiografia brasileira, mas que ainda guarda questões em aberto. A intelectualidade paulista, a despeito de perdedora no campo político com a ascensão de Vargas, foi vitoriosa no campo simbólico. Os principais postos políticos ligados ao universo da educação, propaganda, patrimônio histórico, foram ocupados por intelectuais que se, não eram paulistas por nascimento, eram lídimos representantes do modelo estético e intelectual por eles liderado: o modernismo (BOMENY, 2001; PONTES, 1998).

É preciso modernizar Goiás, que tal uma nova capital bandeirante?

A marcha para o oeste, definida como uma política de integração nacional, foi lançada oficialmente em 1938 com a proposta de colonizar as terras da região centro-oeste até a Amazônia.

Segundo a historiadora Eliane Marra, uma imagem construída pela elite goiana acerca da região, desde o período colonial, era a da decadência e do atraso econômico. Com o advento do Estado Novo, parte da elite local concebeu a modernização do estado de Goiás permeada pelo projeto nacional Varguista de expansão para o Oeste. Tal atitude passava pelo combate à imagem de decadência e atraso, e significava, outrossim, a integração do estado à nação brasileira (PEREIRA, 1997, p. 116).

Nas palavras da autora,

Essa nova mentalidade encontrava-se ancorada na ideia de progresso para o Estado [...] ligada às transformações que ocorriam no sul de Goiás, onde se articulou um movimento de oposição, de elite, com características progressistas modernizadoras. Esse grupo, com Pedro Ludovico na liderança, buscava a superação da ordem oligárquica representada pela família Caiado no poder e se empenhava na construção do progresso para o estado (PEREIRA, 1997, p. 119).



A busca por uma imagem positiva do estado, distante da ideia de atraso, já vinha sendo buscada pela imprensa local desde a década de 1910, a exemplo da Revista *Informação Goyana*, cujo lema era “divulgar as potencialidades econômicas do Brasil Central” (PEREIRA, 1997, p. 116). Esse periódico circulou entre os anos de 1917 a 1935 e seu caráter propagandístico é notório, visto que a editoração e circulação da revista acontecia no Rio de Janeiro, ou seja, o público que se desejava atingir não eram os leitores goianos.

Na década de 1940 temos em Goiás uma nova experiência no universo do periodismo, trata-se da revista *Oeste*, que apesar de possuir caráter semelhante ligado à propaganda e divulgação política, surge num contexto histórico bem diferente de sua congênere *Informação Goyana*.

A revista *Oeste* nasceu como órgão oficial do novo interventor de Goiás, o Sr. Pedro Ludovico, aliado de Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930 e que recebeu como prêmio a interventoria do estado. Com o objetivo de destituir a antiga elite do poder, qual seja, os Caiado da Cidade de Goiás, o novo grupo decide fundar uma nova capital nas imediações de uma cidadezinha chamada Campinas - que é hoje um bairro de Goiânia. A pedra fundamental da criação da nova capital é lançada em 24 de outubro de 1933 e sua inauguração ocorre em 5 julho de 1942, data essa em que começa a circular o primeiro exemplar da revista *Oeste*.

Esse periódico nasce com caráter oficial e reproduzia os interesses em âmbito local do interventor Pedro Ludovico, *Oeste* mantém o *modus operandi* do governo Varguista no que toca ao relacionamento do estado com os intelectuais, os quais foram colocados a serviço do mesmo. Em seu primeiro exemplar ela trazia nomes como os de Bernardo Élis, Garibaldi Teixeira, Hélio Lobo, Paulo Figueiredo, Maximiano da Mata Teixeira (Matma Nago), José Décio Filho e Zecchi Abraão; à exceção de Bernardo Élis, nenhum deles ficou conhecido nacionalmente.

Como estamos aqui a analisar intelectuais e instituições, não poderíamos esquecer que em 15 de junho de 1933 temos também a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, instalado inicialmente na cidade de Goiás. Em julho de 1939 a instituição já possuía sua sede própria junto ao canteiro de obras da nova capital Goiânia. E repetindo os passos de instituições congêneres, o IHGG também criou, no ano de 1940, uma revista, a qual não teve vida longa por falta de apoio financeiro. Outra instituição criada no final da década de 1930 em Goiás, especificamente no dia 29 de abril de 1939, foi a Academia Goiana de Letras.



A revista *Oeste*³, dado o seu caráter e objetivos, era financiada pelo governo do estado e impressa nas oficinas que produziam o Diário Oficial do estado de Goiás. No editorial do segundo número da revista, oito meses após a publicação do primeiro, deixa-se claro que a revista a partir daquele momento “recebeu o apadrinhamento oficial. Emprestou o Governo do estado na atribuição louvável de protetor das letras, apoio amplo à *Oeste*”(EDITORIAL..., 1943a, p. 2).

Em âmbito nacional ela estava alinhada ao Estado Novo Vargasista e localmente seu objetivo era louvar a administração do interventor federal Pedro Ludovico e sua criação, a cidade de Goiânia. Com a fundação da nova capital, era necessário também criar-se novas tradições culturais. A defesa que *Oeste* fazia do Estado Novo chega a ser ingênua, no artigo de apresentação da edição de número 4, em maio de 1943, em alusão às comemorações do dia 1º de maio, data extremamente importante para o governo Vargas, o editor afirma que o presidente “não enxerga classes no país, ele vê homens”. A intenção deste apresentador era deixar claro um dos grandes objetivos do Estado Novo, que era pensar um Brasil único e sem divisões de interesses, algo puramente retórico. Continuando sua linha argumentativa, ele alude à famosa frase do ex-presidente Washington Luís (1926-30): “que no Brasil a questão social é caso de polícia”! Nosso editor de *Oeste* assim redargui: “Não existe mais a denominada questão social. Mas não existe porque foi resolvida. Os extremistas e demagogos não tem mais, na massa obreira, pasto em que alimentar os seus ideais anarquistas” (EDITORIAL..., 1943b, p. 1). Defesas e elogios como estes se espalham por todos os números de *Oeste*, e se reproduzimos aqui neste artigo todas as passagens em que Getúlio Vargas ou Pedro Ludovico foram ovacionados, construiríamos um enfadonho catálogo de citações; algo que seria redundante e não traria grandes contribuições para a nossa discussão.

Para a edição comemorativa dos quarenta anos de fundação de Goiânia, a reprodução dos 23 exemplares de *Oeste* contou com textos introdutórios de alguns nomes da intelectualidade goiana, alguns até participaram da fundação da revista em 1942, como é o caso de Paulo Figueiredo. Ao rememorar a fundação da revista, ele faz questão de frisar as filiações políticas da revista e comenta que a partir do segundo exemplar, ele foi o responsável pela edição da revista (FIGUEIREDO, 1983).

Nunca fui oficialmente o diretor de “*Oeste*”, nem nunca quiz [sic] sê-lo. Pelo contrário, sempre instei junto ao interventor Pedro Ludovico para que designasse outro nome - sempre um goiano,



sempre indicado por mim - para o posto. Entretanto, é verdade o que escreveu Bernardo Élis, em crônica publicada no “Diário da Manhã”, edição de 6 de junho deste ano: a partir do segundo número, “Oeste” passou, praticamente à minha responsabilidade (FIGUEIREDO, 1983, p. 15).

Paulo Figueiredo toma para si a responsabilidade pelo alinhamento da revista com a nova ordem política nacional e local. Segundo ele afirma, o rumo ideológico da revista não impediu que ela publicasse artigos de caráter literário e até mesmo contos de autores goianos e de outras partes do país. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 1913, cursou direito em Minas Gerais, trabalhou no jornal *A Nação* no Rio de Janeiro e logo depois atuou no jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, periódico de grande circulação em Minas Gerais e Goiás. Sua ligação com a vida pública em Goiás antecede à sua atuação como autor e editor da revista *Oeste*, pois mudou-se para Goiânia em 1938. Depois de uma curta passagem, porém fundamental, pelo interior do Brasil como redator do jornal uberabense *Lavoura e Comércio* no início de 1938, Figueiredo fez amizade com o dono deste jornal, Quintiliano Jardim. E foi por uma carta de indicação de Jardim, que Paulo Figueiredo chegou a Goiânia no ano de 1938 e foi se apresentar ao interventor Pedro Ludovico. Esta conversa lhe rendeu uma indicação para uma das cadeiras da Faculdade de Direito de Goiânia (SCHWAB, 2010, p. 80). Além de professor do curso de direito da capital, também foi Presidente do Conselho Administrativo e Procurador-geral do Estado de Goiás, consultor jurídico do Senado federal e vice-diretor Legislativo do Senado Federal. Paulo de Figueiredo foi um dos grandes ideólogos e publicistas da política centralizadora e intervencionista do governo varguista, era um crítico do liberalismo e defendia uma modernização do interior do país de caráter nacionalista; ele faleceu em Goiânia no ano de 1985 (SILVA, 2019).

Como podemos perceber por esta pequena biografia de seu editor, a revista *Oeste* possuía um caráter acentuadamente político e reproduzia o ideário do novo regime político, mas isso não a impediu de fazer a divulgação de literatos locais e nacionais, os quais sempre passavam pelo crivo de Paulo Figueiredo. Dito isso, podemos afirmar que a vocação principal da revista *Oeste* não era a literatura, e veremos isso ao longo desta nossa discussão aqui.

Todavia, a literatura e a divulgação das obras de literatos goianos foi o combustível inicial para a criação da revista, característica que aparece de maneira evidente no primeiro e segundo exemplares da revista e que perde



força nos números seguintes. Na edição de número dois da revista, lemos a notícia de que o prefeito de Goiânia irá oferecer uma bolsa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) anuais para a publicação de livros inéditos, algo bastante tradicional para o contexto da época (EDITORIAL..., 1943a, p. 5). Conforme nos confidencia Bernardo Élis em 1983 no artigo “Oeste: lucro e/ou logro”—texto de apresentação da reedição da revista —, do nº 2 até nº 13 a revista se dividiu entre a divulgação literária e a defesa do Estado Novo, do interventor Pedro Ludovico e sua principal obra que foi Goiânia. Nos dez números seguintes, a revista se definiu como um órgão de propaganda política do governo Vargas e do interventor Pedro Ludovico; por divergências várias, políticas notadamente, a revista é extinta em dezembro de 1944 (ÉLIS, 1983, p. 20). Mais importante do que essa análise estrutural da revista feita por Bernardo Élis, é a afirmação de que *Oeste* era o próprio Paulo Figueiredo. Peço desculpas ao leitor pela citação um pouco longa cá abaixo, mas ela é sobremaneira importante, nas palavras de Élis:

Essa pessoa, natural do Rio de Janeiro e formado em direito por Belo Horizonte, em cujo meio intelectual entretinha bom relacionamento, era inteligente, trabalhador, dinâmico, desembaraçado, confiante em si mesmo e ambicioso de posições, conseguindo em Goiás, depois de desempenhar várias altas funções, alcançar o posto de presidente do Conselho Administrativo, uma espécie de olheiro colegiado do poder central junto às Interventorias, mas que, na verdade, era tão poderoso como o próprio governo estadual. Portanto, Paulo de Figueiredo e Pedro Ludovico tinham quase igual poder político [...]Queira-se ou não, há que se reconhecer que a alma de “Oeste” foi Paulo Augusto Nunes Figueiredo; não existisse esse homem, não existiria “Oeste”, tal como foi (ÉLIS, 1983, p. 20-21).

A acidez das memórias de Bernardo Élis é algo impressionante, para ele *Oeste* nasceu de uma barganha entre escritores e políticos. Os primeiros ganhavam o benemérito de terem divulgados seus escritos e os últimos receberiam apoio da intelectualidade e a propaganda dentro da revista. Além da causticidade presente nas falas de Élis, notamos um tipo de rancor com a figura de Paulo de Figueiredo, com toda a certeza há feridas mal cicatrizadas deste passado. E sobre essa questão, arrisco em dizer que os comentários ríspidos de Bernardo Élis têm em boa medida ligação com sua posição no campo intelectual goiano.



Por ter se estabelecido como literato - o único goiano a entrar para a Academia Brasileira de Letras -, algo que não aconteceu com nenhum dos colaboradores de *Oeste*, o desejo de Élis seria não ter participado de um periódico que se pretendia literário, mas não passava de um tentáculo do poder político local. Mas não se pode mudar os fatos do passado, podemos apenas ressignificá-los.

Já é por demais conhecida e citada a apresentação programática do exemplar de número um, da página um, de *Oeste* em 5 de julho de 1942, mas é necessário novamente citá-la. De par do que mencionamos acima, temos elementos suficientes para afirmar que a autoria desta apresentação não assinada é de Paulo Figueiredo. E de maneira homóloga ao que aconteceu em âmbito nacional na obra *A marcha para o Oeste*, em que Cassiano Ricardo louva as atitudes do Estado Novo e sai na defesa de Getúlio Vargas representado como grande líder e chefe da nação - o verdadeiro patriarca da família bandeirante -, Paulo Figueiredo recria em âmbito local uma perspectiva semelhante.

Em *Oeste*, a figura a ser reverenciada é o interventor Pedro Ludovico Teixeira, colocado como idealizador e executor de uma grande obra que é a nova capital Goiânia. Se em Cassiano Ricardo a grande figura representativa da nacionalidade e da raça brasileira é o bandeirante paulista, Paulo Figueiredo em seu elã criativo arrisca citar a importância de uma certa “raça goiá” nos destinos do estado que almeja ser moderno e em nome do patriotismo deseja construir um espaço intelectual original em Goiás. Acompanhem alguns trechos deste texto de apresentação.

Oeste é assim o veículo oficial do pensamento moço de Goiaz [...] A obra é Goiânia, Pedro Ludovico o autor. Vale que a mocidade goiana deva retribuir a seu benfeitor. Benfeitor que nos oportunizou cooperação nos destinos comuns da raça goiá. Benfeitor que veiculou a seiva novadora de uma geração rumo a processos de revitalização política (APRESENTAÇÃO..., 1942, p. 1).

A pista para afirmarmos que esta apresentação do exemplar de número 01 de *Oeste* é da lavra de Paulo Figueiredo nos é dada por Bernardo Élis no seu depoimento já citado aqui para a ocasião da republicação da revista em 1983 (ÉLIS, 1983, p. 20). Élis, além de ser uma testemunha ocular neste momento inicial de criação da revista, nos sugere a semelhança deste texto de apresentação com um artigo também publicado na revista - este assinado por Paulo de Figueiredo - intitulado “O Brasil comeu Espinafre” (FIGUEIREDO, 1942, p. 5). Nesse artigo, em rápidas pinceladas, ele compara o Brasil ao personagem Popeye que ao



comer espinafre ficava forte e derrotava seus inimigos. Para Figueiredo o nosso espinafre seria a postura do Estado Novo que não aceitava mais o liberalismo antinacionalista da Primeira República e de igual maneira não concordava com a postura de ignorarmos nossos intelectuais em detrimento dos franceses e ingleses. Aqui ele mantém o tom laudatório a Getúlio Vargas e como não poderia deixar de sê-lo, cita Goiânia como a filha mais moça e vigorosa deste casamento do Brasil com a Nação, a nova capital é “[...] robusta, tropical. A cara do pai. Tem o seu mesmo sentimento sertanejo, o seu mesmo espírito bandeirante, a sua mesma alma cristã” (FIGUEIREDO, 1942, p. 5).

Ao analisarmos essas afirmações de Paulo Figueiredo, lembro-me de uma passagem do historiador Marc Bloch e que nos traz uma poderosa lição. Segundo um dos pais da famosa Escola dos Annales, os historiadores se vinculam a certas ideias pois estão envolvidos por uma atmosfera mental típica de uma época, “o momento do pensamento”. Por extensão, podemos aí incluir não apenas os historiadores, mas todo e qualquer pensador que age e reflete dentro de uma temporalidade que é exclusivamente sua. Segundo o mestre Bloch, o tempo histórico é “Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 2001, p. 55).

E é sob essa perspectiva que desejamos interpretar essa produção cultural, qual seja, colocando-a dentro de sua temporalidade. Assim, ao pensarmos na importância da historiografia paulista da constituição da revista *Oeste*, talvez não encontremos alusões diretas a autores ligados a este veio historiográfico que já delineamos aqui, em especial a Cassiano Ricardo. Mas isso não é de modo algum importante, devemos sim compreender como certas ideias são mais fortes que a própria individualidade de muitos escritores que almejam ser originais e inovadores. E que nos mais das vezes, reproduzem ideias e perspectivas que já vem ganhando fôlego há algum tempo.

Noutras ocasiões essa alusão aparece explicitamente, como é o caso do jovem Gerson de Castro Costa, que na edição de número um de *Oeste* publicou o artigo “O sentido ideológico de Goiânia”. Em julho de 1942 Castro Costa, ainda não havia se consolidado nas suas principais atividades que exerceria na maturidade, a política e o exercício da advocacia. Mas já em 1938, com apenas vinte e um anos de idade, ele é indicado para o cargo de Secretário interino da Fazenda de Goiás (PERFIL..., [2021]). A par dessas informações preliminares já podemos deduzir de antemão que a escrita de Castro Costa possuía um viés



laudatório do estado e de Pedro Ludovico. No artigo supracitado, ele se apoia no passado das bandeiras paulistas para justificar a expansão para o oeste e a construção de Goiânia como a concretização de um anseio antiquíssimo iniciado por sertanistas e apesadores de indígenas, os quais foram consagrados pela historiografia paulista sob o epíteto de “Bandeirantes”. Nas palavras de Castro Costa:

Ao procurarmos localizar a significação ideológica da edificação da cidade de Goiânia, somos obrigados a volver nossos olhos para o passado, para as quadras aventurosas das bandeiras [...] Efetivamente, é uma obra do esforço e do labor locais [...] num desassombro vigoroso que bem atesta a potencialidade civilizadora do povo brasileiro [...] **Essas entradas, consoante atesta Cassiano Ricardo**, eram o prenúncio da formação *sui generis* da democracia brasileira, baseada na absoluta igualdade de direitos comandada por uma vontade justa e enérgica. Era a fuga do Piratiningano [...] (COSTA, 1942, p. 3).

Publicada em 1940, fica bem evidente que Castro Costa leu e se identificou com a obra *A marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo. Não só leu como se apropriou e ressignificou a importância da expansão bandeirante proposta por Cassiano Ricardo. O escritor goiano almejou valorizar o principal evento vivido pela sua geração, que é a construção de Goiânia, filiando-se historicamente ao já consagrado bandeirantismo paulista. Goiás, na leitura de Castro Costa é o resultado de tão consagrado trabalho feito por estes nobres brasileiros “que fixaram o mais distante possível do Atlântico as fronteiras nacionais - obra imensa, pois”. Se Goiás é o desenlace da expansão bandeirante, a edificação de Goiânia é a consagração máxima de tão auspicioso movimento histórico. “[Ela] representa um fato sociológico inédito na história do país [...] Jamais havíamos os brasileiros assistido, em tal longitude, a um esforço local tão alevantado em prol da civilização do oeste” (COSTA, 1942, p. 3). No primeiro aniversário da inauguração de Goiânia, em julho de 1943, a edição de número seis da *Oeste* trouxe inúmeros artigos e pronunciamentos oficiais acerca da ocasião. No longo editorial de abertura do fascículo - como sempre não assinado, todavia, conhecemos seu autor - o articulista mais uma vez rasga elogios ao atual interventor federal e afirma ter Goiânia uma característica distintiva, “o seu caráter bandeirante, e Pedro Ludovico é o Terceiro Anhanguera [...]” (EDITORIAL..., 1943c, p. 1). Por ser demasiado interessante, tomo a liberdade



de transcrever alguns trechos deste editorial.

Porque o Bandeirismo é sinônimo de forças nacionais profundas se agitando em busca de altas expressões: é o movimento de energias raciais aristocráticas orientando-se no sentido de afirmações edificantes; é a nação mesma em seus instintos de vida mais naturais marchando no caminho da glória [...] Bandeirismo é movimentos tipicamente nacional [...] E por ser bandeirismo, porque o bandeirismo foi o fato mais brasileiro de nossa história, Goiânia apresenta, ainda, uma feição profundamente nacionalista (EDITORIAL..., 1943c, p. 1).

Tabela 1: Quadro temático dos artigos da *Oeste*

Temas →	Política	Literatura	História	Economia	Contos	Poemas	Divulgação de Obras do Estado de Goyaz	Transcrição de Discursos de Pedro Ludovico
Volumes ↓								
Nº 01 Jul/42	7	6	1	1	1	6	—	—
Nº 02 Mar/43	9	4	2	—	2	3	—	2
Nº 03 abr./43	5	8	—	—	1	5	5	—
Nº 04 Mai/43	7	9	—	—	4	4	—	—
Nº 05 jun./43	8	8	2	—	4	5	1	1
Nº 06 Jul/43	11	4	3	—	4	3	—	1
Nº 07 ago./43	7	7	1	—	6	5	1	—
Nº 08 Set/43	9	7	2	1	2	3	2	—
Nº 09 Out/43	9	4	1	—	2	4	1	—
Nº 10 nov./43	9	4	2	2	4	3	1	—
Nº 11 Dez/43	5	3	2	—	4	3	2	1
Nº 12 Jan/44	9	3	1	1	4	6	1	—
Nº 13 fev./44	6	5	1	—	7	5	1	1
Nº 14 Mar/44	11	4	1	—	6	2	3	—
Nº 15 abr./44	8	3	3	—	3	—	—	—
Nº 16 Mai/44	16	1	5	—	3	1	3	—
Nº 17 jun./44	7	4	3	—	4	4	4	1
Nº 18 Jul/44	21	8	2	—	4	6	6	1
Nº 19 ago./44	14	7	5	—	3	3	5	1
Nº 20 Set/44	13	7	3	—	2	4	2	2
Nº 21 Out/44	10	8	1	1	4	1	3	—
Nº 22 nov./44	11	6	1	—	3	3	2	—
Nº 23 Dez/44	11	5	2	1	2	2	—	—

Fonte: Elaborado pelo Autor.



Goiânia surge como resultado da marcha paulista para o interior e como projeto de um futuro grandioso não só para si, mas para todo o país que se envolve nesta grande empreitada de conectar definitivamente o sertão ao litoral. Os goianos em torno da revista *Oeste* e de Pedro Ludovico, ciosos pela criação de uma nova tradição política, de uma nova história e de uma nova capital, se apoiaram no estado Vargasista e em seus projetos intelectuais. Como vimos, o bandeirantismo paulista os seduziu; suas metáforas e mitos foram levados adiante e ressignificados nestas plagas de terra vermelha e planaltos.

A despeito da ligação umbilical que a revista possuía com o interventor goiano Pedro Ludovico e de fazer uma defesa política clara de Getúlio Vargas, não podemos negligenciar a importância que a revista teve como divulgador literário para diversos escritores e até escritoras. Em maio 1943, a revista organizou até mesmo um concurso de contos cuja singela premiação, muito modesta, era uma coleção da História da Literatura Brasileira do consagrado crítico literário Sílvio Romero. “Chegaram-nos de todas as localidades do país 29 nove trabalhos”, informa o editor de *Oeste* no mês de setembro de 1943 (EDITORIAL..., 1943c, p. 2).

Como podemos observar no quadro acima, as publicações de *Oeste*, desde os números iniciais, sempre tiveram um caráter marcadamente político. Não nos referimos aqui especificamente ao número de artigos que incluímos na temática ‘Política’. Até mesmo poemas, contos ou artigos que versam sobre a história da antiga província de “Goyaz”, se guiavam pelos grandes eixos narrativos que estruturavam a revista, que eram o culto à figura de Vargas/Ludovico e a criação de Goiânia.

Diante deste quadro analítico é redundante afirmamos que *Oeste* reservava um espaço especial à publicação de contos e poemas, porém uma parte significativa dessa literatura é guiada pela temática política. Vejamos o caso da edição especial comemorativa do 2º aniversário da fundação de Goiânia de julho de 1944, transcrevemos abaixo um poema cujo título e temática são bastante sugestivos. Acompanhemos o poema *Marcha para o Oeste*, da lavra de um certo Nóbrega de Siqueira.

Deixa a vida sem vida das cidades,
brasileiro de todos os Estados!
No coração da terra onde nasceste
há tesouros enormes soterrados.

Ao barulho das fichas coloridas
dos casinos que engolem tuas noites,



prefere ouvir o canto da araponga
que acorda o sertanejo, no rincão.

Descobre teu país grandioso e virgem,
brasileiro de todos os Estados!
Começa, ainda hoje, a marcha para o Oeste!
Segue o passo de teus antepassados...

Tu acharás compridas as distâncias
que separam de ti o longínquo sertão.
Sobre a gleba, ainda virgem,
deita os trilhos de ferro...
E o trem há de botar o coração da terra
perto da tua mãe!

Brasileiro de todos os Estados,
esquece o litoral, busca o sertão...
Começa, ainda hoje, a marcha para o Oeste!
E farás do Brasil uma grande nação! (SIQUEIRA, 1944, p. 76).

Este poema e suas idiossincrasias substituem com maestria toda a linha argumentativa que temos desenvolvido ao longo deste artigo. Apesar de simplório e pouco sofisticado em sua estética literária, ele é objetivo e claro ao afirmar que a verdadeira brasilidade apenas será construída com interligação do Brasil do sertão com o litoral. O Brasil verdadeiro, rico e inexplorado, reserva riquezas e surpresas grandiosas para aqueles que saírem ao seu encalço; esse Brasil está no sertão, no Oeste. Na pena dos articulistas goianos de *Oeste*, o estado de Goiás e sua nova capital catalisam o anseio de gerações que almejavam esse Brasil grande, forte e que olhe para dentro de si e de suas riquezas. Como vimos esse projeto político literário de *Oeste* não surgiu espontaneamente como um cogumelo após um lindo dia de chuva, ele se nutriu de uma tradição literária e historiográfica que desde a Proclamação da República procurou dar respostas para a definição acerca do que é o Brasil e os brasileiros. Passados quase oitenta anos da criação de *Oeste*, sabemos que o sonho de um Brasil forte, autônomo e que valorize seu povo e suas riquezas ainda não se concretizou, pelo contrário, é cada vez mais fugidio.

Referências

APRESENTAÇÃO sem autoria. *Oeste*, Goiânia, n. 1, p.1, jul. 1942. Versão fac-símile.

BLOCH, Marc. “A história, os homens e o tempo”. In: BLOCH, Marc. *Apologia da*



história ou o ofício do historiador. Tradução: André Teles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

COSTA, Castro. O sentido ideológico de Goiânia. *Oeste*, Goiânia, n. 1, p. 3-4, jul. 1942. Versão fac-símile.

COSTA, Maria Beatriz Ribeiro. *A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do Bandeirismo utópico à concretização do discurso*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. São Paulo: CPDOC/FGV, 2020. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano_ricardo. Acesso em: 21 out. 2020.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 5. ed. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1941.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro, Record, 1975.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. [2. ed.] São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

EDITORIAL. *Oeste*, Goiânia, n. 2, p. 2, mar. 1943a. Versão fac-símile.

EDITORIAL não assinado. *Oeste*, Goiânia, n. 4, p. 1, maio 1943b. Versão fac-símile.

EDITORIAL. *Oeste*, Goiânia, n. 6, p.1, jul. 1943c. Versão fac-símile.

EDITORIAL. *Oeste*, Goiânia, n. 8, p. 2, set. 1943d. Versão fac-símile.

FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Edusp: Perspectiva, 1994.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FIGUEIREDO, Paulo. "Oeste: um veículo do Estado Novo". Goiânia: Universidade



Católica de Goiás: Caixa Econômica Federal, 1983.

FIGUEIREDO, Paulo. “O Brasil comeu espinafre”. *Revista Oeste*, Goiânia, n. 1, p. 5, jul. 1942. Versão fac símile.

ÉLIS, Bernardo. *Oeste: lucro e/ou logro*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Caixa Econômica Federal, 1983.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. “A outra Independência: federalismo pernambucano de 1817 E 1824”. *Revista RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 436, p. 93-107, maio/jun. 2007.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no brasil (1920 – 1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. “O Estado Novo e a Marcha Para Oeste”. *História Revista*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 113-29, jan./jun. 1997.

PERFIL biográfico de Gerson de Castro Costa - PSD. *Assembléia Legislativa do Estado de Goiás*, Goiânia, [2021]. Disponível em: <https://portal-legado.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1641>. Acesso em: 01/07/2021.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWAB, Marina de Castro. *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945)*. A trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.



SEVCENKO, N. *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo – sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIQUEIRA, Nóbrega de. “Marcha para o Oeste”. *Oeste*, Goiânia, N° 18, Jul/1944.

SOUZA, Rildo Bento de. “Pelas páginas da Revista Oeste: poder e imprensa em Goiás (1942-1944)”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018.

SILVA, Dayana P. L. “Paulo Augusto de Figueiredo e a revista Oeste (1942-44)”. In: *1º Colóquio: Trajetórias Intelectuais em perspectiva de História Comparada (Resumos)*. Goiânia: Faculdade História, 2019. Disponível em: [<https://www.historia.ufg.br/p/29320-grupo-de-estudos-trajetorias-intelectuais-em-perspectiva-de-historia-comparada-getihc>]. Acessado em 10 de junho de 2021.

VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. *Estudos Históricos*, v. 11, p. 89-112, 1993.

Notas

¹Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Catalão/GO. Licenciado em Mestre em História pela Unesp/Assis. Doutor em História Social pela Universidade São Paulo.

²Para aprofundamento no tema da construção da historiografia paulista, consultar as seguintes obras: Ferreira (2002); Saliba (2002); Luca (1998); Fabris (1994) e Sevcenko (1992).

³A cópia que fazemos uso é a reprodução fac-símile, publicada em 1983, dos 23 fascículos da Revista Oeste que circularam em Goiânia entre julho de 1942 a dezembro de 1944.